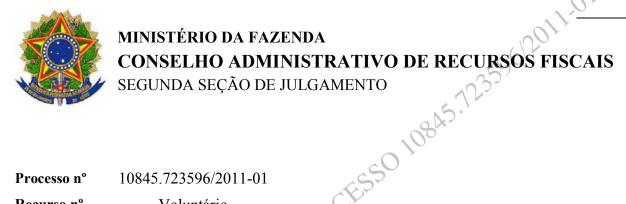
DF CARF MF Fl. 171

> S2-C0T2 Fl. 171



Processo nº 10845.723596/2011-01

Recurso nº Voluntário

Resolução nº 2002-000.043 - Turma Extraordinária / 2ª Turma Ordinária

24 de outubro de 2018 Data

CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA Assunto

Recorrente **EDMAR GOMES** 

FAZENDA NACIONAL Recorrida

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por maioria de votos, converter o julgamento do recurso em diligência à Unidade de Origem, para que o contribuinte apresente, discriminadamente, todas as receitas auferidas que não sejam oriundas do trabalho assalariado, no ano de 2008, mês a mês, para o enfrentamento de receitas e possíveis despesas dedutíveis para fins de incidência ou não de imposto de renda pessoa física, vencida a conselheira Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez que rejeitou a proposta de diligência.

(Assinado digitalmente)

Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez - Presidente

(Assinado digitalmente)

Thiago Duca Amoni - Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Cláudia Cristina Noira Passos da Costa Develly Montez, Mônica Renata Mello Fereira Stoll, Thiago Duca Amoni e Virgilio Cansino Gil.

**S2-C0T2** Fl. 172

# RELATÓRIO

## Notificação de lançamento

Trata o presente processo de notificação de lançamento – NL fls. 12 a 15, relativa a dedução indevida de despesas de livro caixa.

Tal infração gerou lançamento de imposto de renda pessoa física suplementar de R\$ 3.900,65, acrescido de multa de ofício no importe de 75%, bem como juros de mora.

### Impugnação

A notificação de lançamento foi objeto de impugnação, à e-fls. 03 a 33 dos autos, que, em síntese, alega, conforme decisão da DRJ:

Na impugnação de fls. 3, o contribuinte alega que são despesas de custeio indispensáveis à execução dos serviços prestados e à manutenção da fonte produtora (serviços notariais, de registro ou leiloeiro). Pede prioridade na análise da impugnação com base no Estatuto do Idoso.

A impugnação foi apreciada na 20ª Turma da DRJ/SP1 que, por unanimidade, em 23/08/2012, no acórdão 1640.857, às e-fls. 37 a 38, julgou a impugnação improcedente, mantendo o crédito tributário

#### Recurso Voluntário

O contribuinte, inconformado, apresentou recurso voluntário, em 30/08/2017 às e-fls. 44 a 163, no qual alega que, é médico, podendo fazer jus a escrituração do livro caixa, abatendo as despesas inerentes à sua atividade das receitas auferidas. Ainda, alega que cometeu equívoco em sua impugnação ao afirmar que presta serviços notariais, de registro ou de leiloeiros.

# **VOTO**

# Conselheiro Thiago Duca Amoni - Relator

Pelo que consta no processo, o recurso é tempestivo, já que o contribuinte foi intimado do teor do acórdão da DRJ em 02/05/2013, e-fls. 42, e interpôs o presente Recurso Voluntário em 28/05/2015, e-fls. 43, posto que dele conheço.

O contribuinte foi autuado pela dedução indevida de despesas de livro caixa, sob o fundamento que declarou despesas superiores aos rendimentos auferidos, sendo glosado o valor de R\$ 14.184,19.

Em sede de impugnação, o contribuinte informa que além de médico servidor público municipal, também exerce a medicina de forma autônoma. Juntou documentação

Processo nº 10845.723596/2011-01 Resolução nº **2002-000.043**  **S2-C0T2** Fl. 173

simplificada, sem qualquer força probante. Diante das provas apresentadas a DRJ se manifestou da seguinte maneira:

O contribuinte alegou em sua Solicitação de Retificação de Lançamento — SLR, que exerce, além dos serviços Notariais, de Registro ou de Leiloeiro, a função de médico autônomo, atendendo a particulares e convênios médicos. Na impugnação da Notificação de Lançamento, limita-se a alegar que o valor refere-se a despesas de custeio à execução dos serviços que presta e manutenção da fonte produtora de rendimentos, juntando 12 (doze) relatórios do Livro Caixa, onde não consta nenhuma receita e não mostra despesas e receitas, distintamente, de uma e outra atividade e, também, não contesta o valor da receita apurado pelo Auditor Fiscal notificante e não diz nada do motivo da glosa que foi o fato de despesas deduzidas serem superiores à receita.

Nada constando na impugnação que refute o motivo do lançamento nem o valor da receita, voto como segue.

CONCLUSÃO Voto pela improcedência da impugnação, mantendo o crédito tributário.

Irresignado, apresentou Recurso Voluntário.

O Regulamento de Imposto de Renda (RIR - Decreto nº 3.000/99) é claro ao delimitar os contribuintes que podem valer-se da escrituração do livro caixa, bem como as despesas passíveis de dedução:

### Despesas Escrituradas no Livro Caixa

Art.75. O contribuinte que perceber rendimentos do trabalho não-assalariado, inclusive os titulares dos serviços notariais e de registro, a que se refere o art. 236 da Constituição, e os leiloeiros, poderão deduzir, da receita decorrente do exercício da respectiva atividade (Lei nº 8.134, de 1990, art. 6º, e Lei nº 9.250, de 1995, art. 4º, inciso I):

I-a remuneração paga a terceiros, desde que com vínculo empregatício, e os encargos trabalhistas e previdenciários;

II-os emolumentos pagos a terceiros;

III-as despesas de custeio pagas, necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora.

Parágrafoúnico. O disposto neste artigo não se aplica (Lei nº 8.134, de 1990, art. 6º, §1º, e Lei nº 9.250, de 1995, art. 34):

Processo nº 10845.723596/2011-01 Resolução nº **2002-000.043**  **S2-C0T2** Fl. 174

I-a quotas de depreciação de instalações, máquinas e equipamentos, bem como a despesas de arrendamento;

II-a despesas com locomoção e transporte, salvo no caso de representante comercial autônomo;

III-em relação aos rendimentos a que se referem os arts. 47 e 48.

Art.76. As deduções de que trata o artigo anterior não poderão exceder à receita mensal da respectiva atividade, sendo permitido o cômputo do excesso de deduções nos meses seguintes até dezembro (Lei  $n^{\circ}$  8.134, de 1990, art.  $6^{\circ}$ ,  $\S 3^{\circ}$ ).

§1° O excesso de deduções, porventura existente no final do ano-calendário, não será transposto para o ano seguinte (Lei n° 8.134, de 1990, art. 6°, §3°).

§2º O contribuinte deverá comprovar a veracidade das receitas e das despesas, mediante documentação idônea, escrituradas em Livro Caixa, que serão mantidos em seu poder, à disposição da fiscalização, enquanto não ocorrer a prescrição ou decadência (Lei nº 8.134, de 1990, art. 6º, §2º).

§3º O Livro Caixa de que trata o parágrafo anterior independe de registro.

Pelo dispositivo legal a escrituração em livro-caixa é própria e taxativa para os casos em que o contribuinte receba rendimentos do trabalho não assalariado, casos dos profissionais liberais, inclusive os titulares dos serviços notariais e de registro.

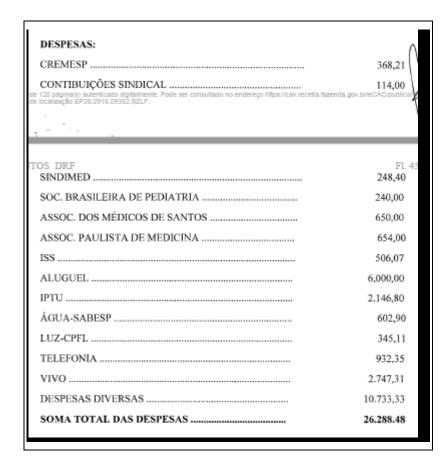
O contribuinte, em sede de Recurso Voluntário, às e-fls. 44 e 45 o contribuinte trouxe o resumo da sua contabilidade, receitas e despesas, assim discriminados:

#### RECEITAS:

SANTOS CLÍNICA COOP. DE TRABALHO MÉDICO	11.879,37
FUNDAÇÃO FRANCISCO XAVIER	420,00
UNIMED - SANTOS COOP. DE TRAB. MÉDICO	6.009,32
PETRÓLEO BRASILEIRO S/A – PETROBRAS	432,00
CX. DE PEC. E PENS. DOS SERV. MUNICIPAIS	520,00
SOMA	19.260,69
CONSULTAS PESSOAS FÍSICAS	3.990,00
SOMA TOTAL DAS RECEITAS	23.250,69

DESPESAS:		Λ	
CREMESP	368,21	П	
CONTIBUIÇÕES SINDICAL	114,00	13	V

Processo nº 10845.723596/2011-01 Resolução nº **2002-000.043**  **S2-C0T2** Fl. 175



Contudo, os comprovantes acostados só atestam as despesas, não comprovando as receitas auferidas, nem o período (mês) em que estas ingressaram, não respeitando o teor dos artigos acima colacionados.

Desta forma, converto o julgamento em diligência para que o contribuinte apresente, discriminadamente, todas as receitas auferidas que não sejam oriundas do trabalho assalariado, no ano de 2008, mês a mês, para o enfrentamento de receitas e possíveis despesas dedutíveis para fins de incidência ou não de imposto de renda pessoa física.

(Assinado digitalmente)

Thiago Duca Amoni